

“Cavando a vida”: Dr. Ulysses, um vigarista negro no Rio de Janeiro da Primeira República

“Carving Out a Living”: Dr. Ulysses, a black confidence man in Rio de Janeiro’s First Republic

Amanda Corrêa Tortato*

Resumo: O estudo sobre contos do vigário e vigaristas na Primeira República tem sido frequentemente circunscrito à história da criminalidade urbana. Este artigo propõe deslocar essa abordagem, tomando tais práticas como chave analítica para investigar as dinâmicas da informalidade, do trabalho e do racismo no pós-abolição no Rio de Janeiro. A partir da investigação biográfica de Ulysses Fragoso – homem afrodescendente que se apropriou de diferentes identidades para aplicar golpes no comércio, transitando entre ocupações formais e expedientes informais – são tensionadas as fronteiras entre crime, classe e raça na capital federal. A partir do exercício metodológico da micro-história, a reconstrução minuciosa de uma trajetória individual permite analisar processos mais amplos de precarização laboral. Argumenta-se que trapaças como os contos do vigário não se situavam à margem do mercado de trabalho nem dos símbolos da modernidade, mas integravam dinâmicas constitutivas da economia urbana, revelando como se organizavam as hierarquias sociais nas primeiras décadas republicanas.

Palavras-chave: conto do vigário; informalidade urbana; racialização.

Abstract: The study of *contos do vigário* (confidence tricks) in Brazil’s First Republic has long been confined to the field of urban criminal history. This article challenges that framing by treating such practices as an analytical lens through which to examine the dynamics of informality, labor, and racism in post-abolition Rio de Janeiro. Drawing on a biographical investigation of

* Mestra em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutoranda em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: amanda.tortato@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8342-2035>.

Ulysses Fragoso - an Afro-descendant man who appropriated multiple identities to carry out commercial fraud while moving between formal occupations and informal ways of making a living - the article interrogates the boundaries between crime, class, and race in the federal capital. Through a microhistorical approach, the meticulous reconstruction of an individual trajectory enables a broader analysis of labor precarization and urban survival strategies. It argues that confidence schemes did not operate at the margins of the labor market or outside the symbols of modernity; rather, they were constitutive of urban economic life, illuminating how social hierarchies were structured and negotiated in the early republican decades.

Keywords: *conto do vigário* (confidence tricks); urban informality; racialization.

Introdução

NA VIRADA DO SÉCULO XIX para o XX, a expressão “conto do vigário” consolidou-se no vocabulário da imprensa carioca. Em suma, tratava-se de trapagens cuidadosamente encenadas nas quais a vítima era enredada numa história persuasiva que lhe prometia um lucro repentino. Entre as modalidades mais recorrentes de contos figuravam o bilhete de loteria supostamente premiado, a promessa de uma herança inesperada e histórias de doação a entidades beneficentes. A vítima era convencida de que participava de uma oportunidade excepcional, e exigia-se dela, como condição imediata, a entrega de uma quantia em dinheiro como garantia. Consumada a transação, o vigarista desaparecia deixando em seu lugar um embrulho sem valor, frequentemente preenchido com papéis ou jornais velhos. Os contos funcionavam como uma categoria ampla e nomeavam diferentes trapagens, como pequenos estelionatos. “Cair no conto do vigário” – assim como nos dias de hoje – funcionava como uma metáfora do desengano diante de promessas ilusórias.¹

No Rio de Janeiro pós-abolição,² o trabalho formal, assalariado e socialmente reconhecido constituiu experiência de poucos. A maioria dos trabalhadores urbanos, sobretudo afrodescendentes, movia-se num campo híbrido de ocupações, biscates e expedientes de sobrevivência, frequentemente nomeados pela imprensa como formas de “cavar a vida”. Ora associado ao trabalho honesto, ora a práticas consideradas desonrosas – como o jogo, a trapaga e o trambique –, o cavador da vida vivia “ganhando de dia para comer de noite”.³ As

1 A expressão “conto do vigário” apareceu pela primeira vez na imprensa em 1885, conforme levantamento realizado na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, ver: O CONTO do vigário. **A Folha Nova**, Rio de Janeiro, p. 3, 24 mar. 1885. Sobre o contexto social e econômico de suas primeiras circulações no Rio de Janeiro: TORTATO, Amanda Corrêa. “O mais antigo gênero de ficção que se conhece”: conto do vigário (Rio de Janeiro, 1885-1895). **Eutomia**: Revista de Literatura e Linguística, v. 1, n. 35, p. 90-108, 2024.

2 Pós-abolição é um problema de pesquisa relacionado à extensão dos direitos de cidadania após a abolição da escravidão, cuja definição e alcance estiveram associados a uma contínua produção social de identidades, hierarquias e categorias sociais. Sobre esse debate: MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria Lugão. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

3 **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 10 maio 1911; CORRETOR Orozim Moniz Barreto. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 22 abr. 1916. O dicionário de Moraes define no verbete cavador “o trabalhador, que cava com enxada”. MORAES SILVA, Antônio de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, 1789.

figuras do vadio e do gatuno – termos que designavam ladrões, contraventores e praticantes de expedientes ilícitos reunidos sob a rubrica ampla da “gatunagem” – faziam parte de um vocabulário profundamente moralizador, atravessado pelo racismo científico oitocentista que estigmatizou essa população. A esse repertório somou-se a figura do “vigarista”, frequentemente descrito como inteligente, astuto e dotado de brio profissional, que passou a ocupar lugar de destaque nas crônicas policiais cariocas no início do século XX.

As referências a essa forma de criminalidade expressavam um imaginário de modernidade marcado tanto por teorias criminalísticas europeias quanto por projetos republicanos imigrantistas voltados ao embranquecimento da população.⁴ Logo, trapaceas consideradas mais sofisticadas eram associadas aos chamados “ladrões aristocratas”, *smarts*, dentre outras categorias mobilizadas nos discursos da imprensa e da polícia, para designar oportunistas capazes de atravessar fronteiras e se camuflar na alta sociedade. Como demonstrou Diego Galeano, esse fenômeno favoreceu a formação de redes de cooperação policial transnacionais nas primeiras décadas do século XX. Sua ênfase, contudo, privilegia uma figura específica de delinquente: o cosmopolita, bem inserido nos códigos de respeitabilidade urbana das capitais sul-americanas. Nesses termos, como sugere o autor, a performance pública do vigarista – fundada na construção teatral de uma identidade – espelhava a própria lógica do mundo burguês.⁵

Mas, em um país atravessado por séculos de escravidão e por uma abolição inconclusa, como se construiu a imagem social de um vigarista que precisava parecer crível, confiável, respeitável? Como sustentar a verossimilhança de um golpe quando a cor da pele do trapaceiro funcionava, por si só, como marcador de desconfiança? É a partir dessas questões que os contos do vigário podem ser lidos como estratégias de inserção e sobrevivência em uma sociedade atravessada por hierarquias sociais e raciais.

A discussão aqui proposta dialoga com a historiografia do pós-abolição e pretende contribuir para seus debates ao revisitar criticamente a imagem de anomia e despreparo atribuída à chamada “população de cor” no imediato pós-1888. Segundo Wlamyra Albuquerque, nesse momento se estruturou “um sutil jogo de demarcação de lugares e preservação de privilégios sociais a partir de critérios raciais”, de modo que os estigmas associados à escravidão africana continuaram a incidir sobre a população afrodescendente livre.⁶ No campo da história social, esse esforço tem produzido resultados expressivos sob múltiplas perspectivas. Sidney Chalhoub demonstrou como processos criminais constituem fontes privilegiadas para ampliar as possibilidades de compreensão das experiências de homens e mulheres livres, evidenciando redes de solidariedade entre trabalhadores e as

4 SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

5 GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

6 ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 38.

dimensões autoritárias e racializadas das políticas voltadas às chamadas “classes perigosas” nas primeiras décadas republicanas.⁷ Mais recentemente, Israel Ozanam analisou a trajetória de Dr. Anísio – gatuno negro e letrado atuante no final do século XIX – e defendeu o potencial analítico da “gatunagem profissional” para a história social do trabalho.⁸

Dialogando e tensionando essas e outras contribuições, este artigo propõe aproximar os mundos do trabalho daquilo que as fontes classificavam como “gatunagem” – e assim questionar a própria estabilidade das categorias “gatuno” e “vigarista”. Em um primeiro momento, portanto, problematiza-se a categoria de “criminosos profissionais” e suas variações – reiteradas pela imprensa periódica e pela documentação judiciária e policial, que frequentemente presumiam um mundo coeso de delinquentes contumazes e incorrigíveis. Argumenta-se que tais classificações são atravessadas por hierarquias raciais, expectativas de reconhecimento e estratégias de demarcação social.

Na sequência, trapaças comerciais na cidade do Rio de Janeiro são tomadas como ponto de observação privilegiado para analisar os constrangimentos e as margens de ação que moldavam a experiência de trabalhadores precarizados nas primeiras décadas republicanas. A partir delas, evidenciam-se as hierarquias patronais, as práticas paternalistas e as redes de sociabilidade que estruturavam o comércio urbano carioca – inclusive aquelas que permitiam alianças estratégicas entre empregados, inscritas nessa luta prosaica e contínua que atravessava o cotidiano do trabalho, em um registro próximo ao que James C. Scott descreveu como formas indiretas e ambíguas de ação diante das relações de dominação.⁹

Esse percurso será desenvolvido a partir da trajetória de Ulysses Fragoso, homem negro classificado como gatuno e vigarista, um dos tantos “cavadores da vida” que buscavam sobreviver em meio às desigualdades da capital federal. Mais do que situá-los como alvo de classificações estigmatizantes, interessa compreender como esses trabalhadores se apropriavam dos códigos e dos símbolos da modernidade urbana – a respeitabilidade, a linguagem comercial, os circuitos de crédito – para forjar alianças e operar no interior das próprias estruturas sociais que os marginalizavam. O recurso à micro-história, por sua vez, permite apreender como tais classificações incidiam sobre experiências concretas, revelando a complexidade das ações, das negociações e das possibilidades abertas aos sujeitos em determinado tempo e espaço.¹⁰ Assim, o trabalho de arquivo permite captar Ulysses e, junto a ele, inúmeros vestígios que permitem entrever outras formas de narrar a história.

7 Sidney Chalhoub analisa a historicidade da noção de “classes perigosas” no contexto brasileiro pós-abolição, especialmente no capítulo 1, “Cortiços”: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

8 OZANAM, Israel. **Quem era o Doutor Anísio? O desafio da ficção étnica à história social do Rio de Janeiro (1889-1916)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.

9 SCOTT, James C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985.

10 REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

“Malgrado a cor da sua epiderme”: a confraria dos “moços bonitos”

EM AGOSTO DE 1908, quando o Rio de Janeiro, então capital federal, experimentava os desdobramentos das reformas urbanas promovidas por Pereira Passos, abriam-se ao público, na enseada da Urca, os portões da Exposição Nacional. Organizada em comemoração ao Centenário da Abertura dos Portos ao Livre Comércio, a mostra seguia o modelo das grandes feiras internacionais e reunia, em pavilhões suntuosos erguidos por cada estado da federação, um inventário das riquezas nacionais. A exposição integrava um projeto de modernidade capaz de projetar a capital como “vitrine da República”. Era um tempo de otimismo e, não por acaso, naquele mesmo ano, o escritor Coelho Neto celebraria a capital como “Cidade Maravilhosa”.¹¹ A historiografia há muito vem demonstrando como essa modernidade celebrada na capital erguia-se também sobre exclusões. Diante da promessa da cidade-espetáculo, aprofundavam-se políticas de controle social redefinindo quem podia ocupar seus espaços centrais e em que condições. Era o tempo dos bota-abixo dos cortiços e da expulsão das populações pobres – majoritariamente negras – para os morros da cidade. Nesse processo, não apenas o traçado urbano se reconfigurava, mas também os próprios critérios de suspeição: hábitos, deslocamentos e estratégias de sobrevivência de grupos marginalizados eram cada vez mais vigiados, classificados e policiados.¹²

Foi nesse cenário de alegria patriótica e controle social que o jovem Ulysses Fragoso apareceu nos pavilhões da mostra, mais especificamente naquele dedicado à imprensa, cativando jornalistas com suas histórias fantásticas. Elegantemente vestido em fraque claro, distribuía cartões de visita apresentando-se como promotor público no Amazonas e vinculado à seção de pecuária – alcunha pela qual acabaria sendo conhecido no evento. Certa feita, o desaparecimento da bengala valiosa de um deles coincidiu com o sumiço do “promotor”, o suficiente para levantar suspeitas. Dias depois, ao atravessar o monumental portão de entrada da exposição, foi abordado por um guarda e conduzido à delegacia.

Passados alguns meses, já no início do ano seguinte e em meio às articulações eleitorais que agitavam a capital, Ulysses reaparecia com a mesma desenvoltura, agora pelos corredores do Conselho Municipal, onde se apresentava como promotor no Acre. Amparado por essa credencial e pela simpatia que lhe era peculiar, não tardou a conquistar a confiança dos funcionários da secretaria do conselho. Um deles chegou a lhe entregar oitenta mil réis para intermediar o aluguel de um automóvel de luxo. Ulysses dirigiu-se a uma das garagens frequentadas pela elite carioca, solicitou um automóvel em nome do “Dr. Passos” e passou dias circulando motorizado. A farsa veio à tona quando o proprietário da garagem enviou a

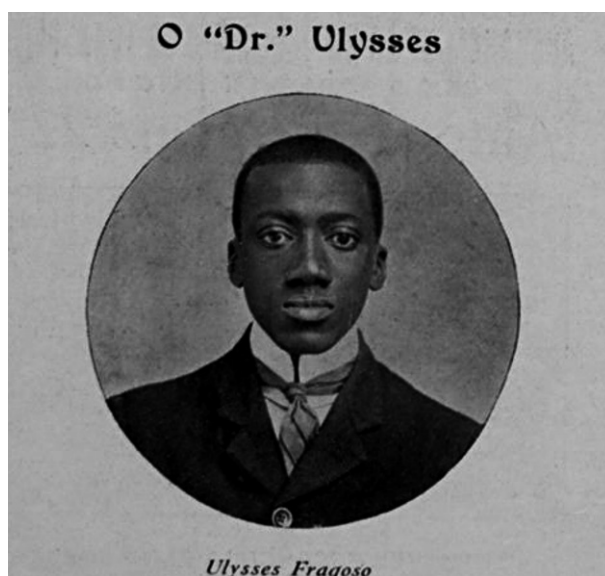
11 Para a análise da Exposição Nacional de 1908 e da construção do Rio de Janeiro como vitrine da República, ver: NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do progresso**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1986. NEVES, Margarida de Souza. Uma capital em *trompe l'oeil*: o Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha. In: MAGALDI, Ana Maria et al. **Educação no Brasil**: história, cultura e política. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 253-286.

12 CHALHOUB, op. cit., 1996.

conta a Paulo Passos – curiosamente, o filho do famoso ex-prefeito e urbanista Pereira Passos – acreditando ser ele o responsável pela locação.¹³ Surpreso, este declarou não conhecer o solicitante nem ter autorizado qualquer aluguel, o que levou Ulysses novamente à delegacia. Quando esses feitos foram narrados, foi descrito como “pernóstico” e “um pardo, metido a *smart*”.¹⁴ Em 1912, a revista humorística *Careta* voltaria a ecoar esse estigma:

Ulysses Fragoso já agora é um moleque célebre na crônica da malandragem. Tipo pernóstico, tendo da vida uma noção muito diversa daquela estabelecida pela sociedade, incorporou-se ultimamente à confraria dos nossos <moços bonitos>, malgrado a cor da sua epiderme. [...] A sua especialidade é a subscrição, que faz correr entre negociantes para compra de bustos de nossos políticos célebres e o conto por telefone [...].¹⁵

Figura 1 - Fotografia de Ulysses Fragoso



Fonte: **Careta**. Rio de Janeiro, n. 205, p. 34, 4 maio 1912. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Trajando uma gravata cuidadosamente ajustada e mantendo o olhar firme, sua fotografia sinalizava decoro. Essa adequação aos códigos da distinção o aproxima de um repertório mais amplo em que a imprensa e a literatura policial contribuíram para consagrar a ideia do ladrão *gentleman*. O título de “doutor”, inclusive, integrava o repertório dos retratos e pequenas galerias de gatunos célebres valorizando a capacidade de circular por espaços de distinção sem ostentar o menor sinal de pobreza.¹⁶

13 Sobre o empresário Paulo Oliveira Passos ser filho do ex-prefeito Pereira Passos: NOTAS necrológicas. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, p. 24, 6 jan. 1917.

14 AINDA o “Pecuária”. **O Século**, Rio de Janeiro, p. 2, 3 mar. 1909. QUE Águia! **O Século**, Rio de Janeiro, p. 3, 19 fev. 1909.

15 **Careta**, Rio de Janeiro, n. 205, p. 34, 4 maio 1912.

16 GALEANO, op. cit., p. 179-207.

Desde a virada do século, a expressão “moços bonitos” passou a nomear uma geração de homens elegantes e vestidos à última moda, capazes de inspirar confiança e adentrar nos espaços da elite para aplicar golpes.¹⁷ Quando, em 1907, a *Gazeta de Notícias* anunciou em sua primeira página a “confraria dos moços bonitos” referindo-se a fraudes refinadas – como extorsões e falsificações de títulos monetários –, parecia tratar de um fenômeno novo. Esses “gatunos elegantes”, dizia o articulista, são homens sem emprego e com tempo livre para frequentar as confeitarias da moda, hotéis chics e teatros atrás de gente “de posição e de crédito” para enganar.¹⁸ Representantes significativos desse tipo de “gatuno profissional” que se contrapunha ao “gatuno vulgar”, entusiasmavam a imprensa e a polícia, que insistia em organizar o universo criminal segundo uma hierarquia moral e estética, que ia da “edição luxuosa dos moços bonitos até o gravateiro reles dos becos escuros”.¹⁹ “Os ‘moços bonitos’ em nada se distinguem dos membros da alta sociedade”, advertia o *Boletim Policial*, periódico oficial do Gabinete de Identificação da capital.²⁰ Poucos anos depois, o policial e diretor da publicação, Elysio de Carvalho, resumiria com ironia: “Os moços bonitos substituíram os ingênuos ladrões de galinhas. Hoje, rouba-se pelo telefone. O conto do vigário progrediu, é mais bem arranjado, passa-se com mais inteligência.”²¹

No caso de Ulysses, contudo, essa inscrição se dava sob tensão, passara a integrar a “confraria dos moços bonitos”, mas com a ressalva, “malgrado a cor da sua epiderme”.²²

No campo das práticas jurídico-policiais, a consolidação de procedimentos de identificação criminal – cada vez mais atentos às particularidades, como descrição de gestos, modos de vestir, antecedentes e traços morais – não implicou o abandono das categorias raciais, mas sua reinscrição no corpo singular. O “indivíduo” emergia como unidade privilegiada de observação, embora permanecesse atravessado por pressupostos fundamentados na ideia de “herança racial”. Entre o universalismo da lei e o particularismo das classificações positivas, afirmava-se um poder autorizado a identificar e presumir periculosidade.²³ Essa lógica produzia hierarquias: à violência percebida como impulsiva e “primitiva” opunha-se a trapaça engenhosa, associada ao cálculo e à racionalidade.

Nesse universo social emergia a figura inquietante do “negro pernóstico”, aquele que ousava exibir distinção. Assim, longe de ser casual, a noção de beleza articulava-se às tensões

17 Dominique Kalifa identifica na imprensa francesa da *Belle Époque* o uso irônico da expressão *tout ce joli monde* para designar contraventores elegantes e socialmente ambíguos. KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue**. São Paulo: Unesp, 2018, p. 30 e 142.

18 A CONFRARIA dos moços bonitos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 nov. 1907.

19 OS ladrões da miséria. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 jun. 1908.

20 MORAIS E CASTRO, Lucas de. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, 1909, n. 12, p. 70.

21 GALEANO, Diego; OLIVEIRA, Marília. **Elísio de Carvalho: escritos policiais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017, p. 44-45.

22 **Careta**, Rio de Janeiro, n. 205, p. 34, 4 maio 1912.

23 CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto: política de identificação e repressão à vadiagem no Rio de Janeiro dos anos 30**. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998; OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. **Sherlock Holmes no Brasil: Elysio de Carvalho e a construção da polícia científica no Rio de Janeiro entre 1907 e 1915**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021.

raciais e sociais do período, marcadas pela dissimulação em torno da suposta inferioridade biológica e cultural dos afrodescendentes.²⁴ Na construção da chamada confraria dos moços bonitos, percebe-se como contos do vigário, pequenos estelionatos e outras formas de trapanças urbanas foram narrados como parte de um mundo organizado de marginais. A criminalidade, por sua vez, atravessava a cidade e assumia formas distintas conforme o espaço social. É o tipo de visão que podemos notar na queixa publicada em *O Subúrbio*:

Não é só na cidade que existe a Confraria dos moços bonitos: aqui pelos subúrbios temos também esse pessoal, bem emperlado de cara, trajando da última moda [...] vadio, sem ocupação, sem meios de vida, frequenta os bailes e as reuniões familiares somente para trazer bengalas e guarda-chuvas [...] desgraçados que vivem abertamente de passar o conto e a revistar as algibeiras alheias [...].²⁵

A passagem descreve mais uma das camadas da gatunagem cotidiana da cidade. Vejamos o caso de Maximiano Felix Bahia, que atuava junto a outros aplicando pequenos golpes pelos subúrbios da cidade. Quando detido e levado à delegacia, explicou ao repórter do jornal *A Notícia* os “pormenores da sua profissão”, admitindo “viver do conto do vigário”, ainda que reconhecesse a insuficiência dos ganhos para o seu sustento.²⁶ Em outra ocasião, é retratado como operário e morador de uma “espelunca sem ar, sem luz, sem assoalho” nos confins suburbanos, traído pelas promessas eleitorais feitas aos trabalhadores.²⁷ Ainda que essas cenas carreguem traços de dramatização jornalística, dialogam com realidades centrais do período: a precarização habitacional e a instabilidade dos postos de trabalho. Expedientes fraudulentos não eram novidade e seria praticamente impossível inventariar todas as suas modalidades. Falsos cobradores pululavam nas notas da imprensa. Sujeitos que se passavam por comissários de higiene, lançadores de impostos, agentes de polícia, entre outros cargos públicos. “Bem vestidos” e de “bela aparência” era difícil averiguar funcionários sérios de golpistas, queixava-se o articulista da *Gazeta de Notícias*: “Quem é que pode destrinchar uma informação segura na Babel do nosso foro? Há tanta gente que trabalha lá honestamente!”²⁸

A associação de alguns indivíduos para delinquir parecia oscilar entre encontros fortuitos e parcerias circunstanciais. Tais sutilezas, contudo, pouco importavam para a polícia e a imprensa. O cronista Olavo Bilac foi mais atento ao perceber que havia caído em um *canard*:²⁹

A notícia causou uma sensação profunda. A literatura dos noticiários achou logo para singular quadrilha um nome expressivo: a ‘Confraria dos moços bonitos’. [...] Pobres cronistas! Engoliram um canard monstruoso.... e não digo isto para envergonhá-los – porque também eu me enganei [...].

24 ALBUQUERQUE, op. cit.

25 OS bonitinhos dos subúrbios. *O Subúrbio*, Rio de Janeiro, p. 3, 9 nov. 1907.

26 AS degoladas. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 maio 1898.

27 IMPOSTOS municipais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 19 nov. 1908.

28 A CONFRARIA dos moços bonitos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 nov. 1907. COMO eles andam!... *O Século*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 dez. 1908.

29 Segundo Dominique Kalifa: “*canard* (pato): jornal de quinta categoria e, em alguns casos, notícia falsa e melodramática. KALIFA, op. cit., p. 30.

Está provado, afinal, que os <moços bonitos> são simplesmente alguns banais ratoeiros, e alguns vulgares estelionatários, nem moços, nem bonitos, nem elegantes, nem finos. Um deles é um pobre diabo, sem maneiras e sem luvas, que já foi capataz da Alfandega [...].³⁰

Desde a virada do século, o jornal consolidava-se como palco de narrativas sedutoras: romances-folhetins que combinavam traduções francesas, experimentações locais e uma literatura do crime alimentada pelos *fait divers*.³¹ Essa escrita sensacionalista moldava fantasias sociais sobre o delito. Não por acaso o cronista utilizou “literatura dos noticiários”. No auge do romance policial e das façanhas de detetives imaginários, ele tensionava os limites entre crônica jornalística e ficção, pontuando como a imprensa conferia ares grandiosos a práticas corriqueiras da gatunagem urbana. Notícias de pequenas transgressões, como furtos no comércio, eram relatadas, mas raramente ocupavam a primeira página dos jornais, e não tinham o mesmo alcance que um assassinato misterioso ou os “crimes de paixão”.³² Para ganhar destaque na primeira página do jornal – como foi o caso da reportagem dos moços bonitos –, era preciso tornar os feitos notáveis ou construir protagonistas mais interessantes. Estelionatos bem elaborados suscitavam certa admiração técnica e costumavam estar associados a “alta delinquência”. Esse movimento respondia à lógica comercial da imprensa, cada vez mais dependente da ampliação do público leitor. Nesse caso, a criação desses tipos fazia parte de uma estratégia que articulava mercado e sensibilidades sociais, explorando inquietações ligadas à insegurança urbana.³³

Ao reduzir os “moços bonitos” a “banais ratoeiros”, vinculando-os a ocupações subalternas, Bilac provoca o leitor e reinscreve esses personagens no universo concreto do trabalho urbano. A referência ao capataz da Alfândega é um bom exemplo. Funções ligadas ao controle de mercadorias no porto situavam esses sujeitos na hierarquia administrativa, com acesso privilegiado a cargas, informações e fluxos financeiros. Situação parecida também acontecia no comércio. Caixeiros, guarda-livros e ajudantes ocupavam posições igualmente intermediárias: não eram proprietários, nem tampouco simples trabalhadores braçais. Lidavam com valores, correspondências e negociações cotidianas, situações em que a confiança constituía requisito central.³⁴ É nesse horizonte que o quebra-cabeça das ações de Ulysses se torna mais inteligível.

30 “OS moços bonitos”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 19 nov. 1907.

31 Expressão francesa que remete a “fatos diversos”; notícias narradas com recursos de dramaticidade e ficção, em jornais e revistas francesas desde meados do século XX. Com um apelo sensacionalista, toda sorte de crimes, curiosidades e tragédias da cidade eram englobadas nos *fait divers*.

32 CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. A autora demonstra como os chamados “crimes de paixão” ocupavam lugar privilegiado no noticiário, mobilizando narrativas densas de homicídios, centradas em honra, ciúme e relações afetivas.

33 OLIVEIRA, Marília Rodrigues. “A tragédia da rua Januzzi”: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República. 2014. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

34 POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

“Empregados infiéis”: vigarices e hierarquias patronais

QUANDO ELYSIO DE CARVALHO, com ironia, observou que já não se roubavam galinhas, mas “pelo telefone”, captou um deslocamento decisivo: a fraude acompanhava o ritmo das inovações técnicas. De fato, algumas notícias do período atribuíram a Ulysses a introdução do conto por telefone no Rio de Janeiro. A estratégia baseava-se no conhecimento prévio de relações comerciais entre dois estabelecimentos. Armado com essas informações, entrava em uma casa comercial e solicitava o uso do telefone para ligar ao outro negociante envolvido na transação em curso. Fazendo-se passar pelo próprio cliente ou por um comerciante – alguém cuja palavra não seria colocada em dúvida –, anunciava o envio de um portador de confiança para recolher a quantia necessária à conclusão do negócio. Quem surgia em seguida era ele próprio.³⁵

O processo ao qual respondeu por tentativa de estelionato, em 1910, ilumina melhor sua atuação. Durante ronda pela Rua Conde do Bonfim, um guarda observou, segundo seu próprio testemunho, um homem “de cor preta” que, de estabelecimento em estabelecimento, solicitava o uso do aparelho telefônico. Considerando a movimentação suspeita, seguiu seus passos e, em uma das vendas, entrou à paisana, pediu um café e passou a observá-lo. O que presenciou foi Ulysses afirmando, ao telefone, ser o Barão de Itacurussá e orientando a entrega de cinquenta e dois mil réis a um portador. Como conhecia o verdadeiro barão, o guarda desconfiou “tratar-se de um conto do vigário”. Montada a vigilância policial, Ulysses foi preso ao retornar para recolher o dinheiro, trazendo consigo recibos e envelopes já preparados para a cobrança.³⁶ À época, trabalhava na olaria de um português, inquilino do Barão de Itacurussá – nobre e rico proprietário de terras na Tijuca. A fraude apoiava-se justamente em sua rotina laboral, convertida em recurso estratégico para enganar o patrão.

Tamanha ousadia teve seu preço. Ulysses foi condenado e preso em fevereiro do ano seguinte. A *Gazeta de Notícias* noticiou brevemente o episódio, observando que, diante de uma quantia considerada insignificante, passaria o Carnaval na cadeia sob o título “Empregados infiéis”.³⁷ Era um tipo de classificação recorrente para noticiar comerciantes traídos por caixeiros, seja por furtos, desvios ou recebimentos fraudulentos. Trabalhar como caixeiro no comércio implicava jornadas extensas, baixos salários e disciplina rígida. O gesto abalava a lógica simbólica de uma ordem laboral assentada na dependência e no paternalismo, herança da escravidão.³⁸ Logo, nomear a fraude como infidelidade operava como um eufemismo moralizador, obscurecendo as hierarquias assimétricas que organizavam essas relações.³⁹

35 UM conto frustrado. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 30 set. 1910.

36 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Processo n. 2373**, 1910. 1ª Vara Criminal. Rio de Janeiro.

37 EMPREGADOS infiéis. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 10 fev. 1911.

38 PEREIRA, Cristiana Schettini; POPINIGIS, Fabiane. Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro Republicano. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 11, n. 19, p. 57-74, jul./dez. 2009.

39 SCOTT, James C. **Dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013, p. 92-93.

Mas o uso do telefone é um aspecto importante dessa vigarice. Mais do que um avanço técnico, o aparelho lhe permitia falar em nome de políticos e homens de prestígio, suspendendo momentaneamente o estigma da cor que, em público, limitava seu acesso à credibilidade. Eram os primeiros anos da telefonia urbana, momento em que o acesso à rede ainda era restrito e elitizado.⁴⁰ Surgem, é claro, algumas inquietações: como Ulysses identificava os poucos particulares com acesso ao telefone? Como conseguia autorização para realizar chamadas? Informações sobre os assinantes não eram raras; listas telefônicas circulavam no período e reuniam nomes, endereços e contatos de comerciantes e particulares, e é bem plausível supor que tivesse acesso a elas.⁴¹ Seja como for, era preciso ingressar nas casas comerciais e solicitar o uso do aparelho. Sua habilidade comunicativa e alianças com outros funcionários do comércio provavelmente favoreciam essa manobra.

Sua verve criativa no uso do telefone era notável. Sendo a artimanha engenhosa ou divertida, os golpistas eventualmente podiam ser exaltados pelos seus feitos. “Nosso herói impingiu a um negociante do Largo do Rocio um conto do vigário deveras original”, vibrava o articulista do *Correio da Manhã*. Naquela ocasião, Ulysses levou um tico-tico morto dentro de uma caixa para um comerciante no Largo do Rocio, garantindo tratar-se de sementes de uma planta exótica e valiosa. Percebendo a desconfiança do potencial comprador, recorreu ao telefone de uma venda próxima e, passando-se por seu sócio, ordenou que a transação fosse concluída. A vítima, ao final, com alguns contos de réis a menos e sem a prometida planta rara, apresentou queixa à polícia.⁴²

A revista *Careta* atribuiu a Ulysses outra modalidade de fraude: a organização de listas de subscrição para a compra de bustos de políticos célebres. Correntes na vida pública da capital, essas listas mobilizavam contribuições para homenagens, monumentos e toda sorte de iniciativas cívicas. Mas, como modalidade de conto do vigário, o golpe consistia em escolher um nome em evidência, mandar imprimir uma lista e percorrer a cidade recolhendo assinaturas e quantias sob o pretexto de uma futura homenagem. Muitas vezes, as próprias figuras públicas figuravam entre os primeiros contribuintes, conferindo ares de legitimidade às listas. Como o monumento jamais se concretizava, os subscritores ficavam a ver navios, sem

40 No início do século, a telefonia urbana restringia-se às chamadas “caixas de avisos policiais”, instaladas em pontos estratégicos da cidade e, posteriormente, estendidas a comerciantes considerados de “idoneidade reconhecida”, responsáveis pela guarda do aparelho. BRASIL. Decreto n. 9.262, de 28 de dezembro de 1911, art. 1034. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1911, p. 16.785. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9262-28-dezembro-1911-517513-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 fev. 2026. CAIXAS de Avisos de Socorros Policiais. **Relatório da Força Policial do Distrito Federal**, Rio de Janeiro, p. 50, 1909.

41 Atualmente, exemplares desse material podem ser consultados no acervo digital do Museu/Oi Futuro. Ver, por exemplo: **LISTA telefônica de assinantes e de serviços da Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft**. Rio de Janeiro, ago. 1909. Disponível em: <https://acervo.oifuturo.org.br/acervo-museologico/lista-telefonica-1273/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

42 O ‘DR. Ulysses’. Um conto vergonhoso. **O Século**, Rio de Janeiro, p. 3, 11 jun. 1912. O ‘Dr. Ulysses’. Mais uma vingança que o gajo pratica e como as demais deveras engenhosa. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 12 jun. 1912.

notícias do destino das quantias arrecadadas.⁴³ Em maio de 1909, o jornal *A Notícia* registrou um episódio revelador dessa forma de trapaça:

Ulysses Fragoso é um creoulo pernóstico e cavador da vida. Não quer saber de passar misérias, o que quer é andar bem vestido e passar bem. Assim, vai arrumando o ‘conto do vigário’ a torto e a direito. Quase sempre suas falcatuas pegam, embora comprometendo honrados cavalheiros. Hoje, foi ele mais infeliz, porquanto foi preso, quando procurava por meio de uma carta receber do Dr. Raymundo de Miranda uma quantia com assinatura falsa de João Maranhão [...].⁴⁴

A tentativa de obter recursos por meio de cartas com assinaturas falsificadas de João Maranhão, funcionário da Câmara dos Deputados, e de Raymundo de Miranda, então deputado, não se confunde com o expediente das subscrições, mas revela um aspecto recorrente: a apropriação de nomes, cargos e rotinas institucionais como instrumentos de crédito para trapaças. Não por acaso, Ulysses se envolveu em um esquema de falsificação de despachos telegráficos para emitir ordens de pagamento em nome de deputados e senadores. O desfalque foi alto, alcançando muitos contos de réis e atingindo estabelecimentos de prestígio como a Confeitaria Paschoal, ponto de encontro dos “grandalhões da literatura, da política, do alto comércio e das finanças”.⁴⁵

Arnaldo Sobrosa, funcionário da Casa Raunier, luxuosa loja de departamentos, foi o aliado ideal para converter capital relacional do *high life* carioca em oportunidade de ganho. Valendo-se da posição que ocupava na loja – provavelmente caixeiro ou guarda-livros –, fornecia acesso às rotinas internas do comércio, falsificando a assinatura de clientes influentes e emitindo ordens de pagamento, posteriormente apresentadas a outras casas comerciais como autorizações legítimas para levantamento de quantias. Ulysses tinha sua incumbência: hábil imitador e “conhecedor dos velhos hábitos e frequência de certos figurões”, era ele quem telefonava anunciando o envio de um portador de confiança para recolher as quantias.⁴⁶ Quando o esquema veio à tona e Sabrosa foi demitido, não escapando ao rótulo que sintetizava a traição à ordem moral do trabalho: “empregado infiel”.⁴⁷

Outro empregado infiel com quem Ulysses travou uma parceria lucrativa foi Júlio Capelli, *chauffeur* da Garage Baptista – estabelecimento de aluguel de carros frequentado pelos endinheirados de Botafogo. Em uma das notícias sobre contos do vigário por telefone atribuídos a Ulysses, comerciantes recebiam ligações respaldadas por recibos falsificados e pela invocação de nomes notórios. Capelli também tinha acesso à rotina da elite, proximidade capaz de transformar o volante em oportunidade de ganho. Mais uma vez, a velha tática de

43 CARIDADE. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 2, 16 nov. 1900. A INDÚSTRIA das glorificações. **A Notícia**, Rio de Janeiro, p. 1, 17 jul. 1911.

44 UM gajo. **A Notícia**, Rio de Janeiro, p. 2, 22 maio 1909.

45 EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. p. 367.

46 UMA transação de nova espécie. **O Século**, Rio de Janeiro, p. 3, 28 fev. 1912. ARRANJANDO dinheiro. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 21 set. 1910.

47 EMPREGADO infiel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 22 set. 1910.

que um portador passaria para recolher determinada quantia. Como de costume, era Ulysses quem surgia nesse papel.⁴⁸

A reportagem que trouxe à tona o esquema fraudulento no comércio da Rua do Ouvidor referia-se a uma “quadrilha” e mencionava vagamente – em contraste com o protagonismo atribuído a Ulysses e Arnaldo Sabrosa – um sargento de nome “Torres”. Referências dispersas encontradas em outras notícias permitem identificá-lo como João Carlos Torres da Silva, cabo eleitoral ligado a figurões da política. Alguns detalhes aparentemente opacos merecem atenção nesse enredo. Em 1909, no auge das disputas eleitorais – mesmo ano em que Ulysses circulou motorizado por semanas em nome de “Dr. Passos” –, ao ser detido, declarou ser cabo eleitoral do coronel Figueiredo Rocha, então candidato à reeleição como deputado.⁴⁹ A menção a vínculos com oficiais e políticos, ao que tudo indica, não era simples bravata. Tanto Figueiredo Rocha quanto Sargento Torres apareciam na imprensa associados a carros de luxo, *meetings* – os famosos comícios dos candidatos –, uso de capangas e abuso de capital político.⁵⁰

No contexto eleitoral do Rio de Janeiro não era incomum que políticos recorressem a essas práticas intimidatórias, contando, inclusive, com a conivência de autoridades policiais. Nessa trama de favores, Sargento Torres tinha seus crimes e atos violentos abafados pela proteção de Francisco Valladares, então chefe de polícia.⁵¹ Não deixa de ser emblemático que Torres e Valladares frequentassem justamente a Confeitaria Paschoal, um dos principais estabelecimentos no esquema das fraudes telegráficas. Essas conexões ajudam também a iluminar a presença de Ulysses na Exposição Nacional de 1908, quando trabalhou na seção de pecuária, chefiada por um coronel e composta por outros membros do Exército, entre eles o próprio Valladares.⁵² Sua desenvoltura em espaços de poder – sobretudo ao mobilizar autoridades quando confrontado – provavelmente contribuía para que sua lista de antecedentes criminais não fosse ainda mais extensa e para que, em algumas ocasiões, respondesse em liberdade, mediante fiança ou subornos. Quando foi detido passando-se por Barão de Itacurussá, apresentou-se como sargento. O título foi prontamente desmentido pela corporação, que confirmou sua expulsão por indisciplina.⁵³ Ainda assim, a ruptura com a carreira militar não significava exclusão definitiva dessas redes de sociabilidade. Como muitos desertores do Exército, cultivou protetores, atuou como cabo eleitoral e continuou circulando junto a agentes políticos, policiais e funcionários do comércio. Nesse universo, ele, Sabrosa e Capelli, cada qual a seu modo, pareciam ocupar posições intermediárias em esquemas mais amplos de corrupção e favorecimento. Uma espécie de arraia miúda no banquete dos grandes.

48 O ‘DR. Ulysses e seu sócio’. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 23 dez. 1911. OS QUE desertam. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 14 abr. 1913. DOIS malandros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 10, 22 dez. 1911.

49 QUE águia! **O Século**, Rio de Janeiro, p. 3, 19 fev. 1909.

50 A INAUGURAÇÃO da Villa Orsina da Fonseca. **A Época**, Rio de Janeiro, p. 7, 16 nov. 1913. NOVIDADES. **O Século**, Rio de Janeiro, p. 1, 14 fev. 1908. POR causa das eleições. **O Século**, Rio de Janeiro, p. 4, 6 fev. 1909.

51 O “SARGENTO” Torres às voltas com a polícia. **A Rua**, Rio de Janeiro, p. 3, 8 jan. 1915.

52 A EXPOSIÇÃO nacional. **O Século**, Rio de Janeiro, p. 3, 9 set. 1908.

53 Arquivo Nacional (Brasil). **Processo n. 2373**, ano 1910. 1ª Vara Criminal. Rio de Janeiro.

As trapaças assumiam formas variadas, assim como os personagens que atravessavam cada episódio. Ainda assim, a documentação sugere que as ações de Ulysses se desenrolavam em meio ao burburinho das campanhas eleitorais e das intrigas políticas da capital. Isso não significa, contudo, a existência de relações estáveis ou diretas com as figuras mais influentes desses circuitos. Ao mesmo tempo em que podia contar com contatos efetivos, Ulysses apropriava-se de nomes conhecidos nos círculos políticos, explorando o capital simbólico alheio como recurso de credibilidade.

Essa dinâmica sugere que seus golpes operavam em dois planos complementares. De um lado, exigiam a apropriação dos códigos da respeitabilidade e da boa apresentação; de outro, apoiavam-se na própria funcionalidade de certas posições subalternas no cotidiano da cidade. Em posições como homem de baixa patente do Exército, caixeiro, cabo eleitoral ou simples intermediário, Ulysses não apenas defendia a própria sobrevivência quando capturado, mas se inscrevia em redes mais amplas, nas quais sua utilidade estava precisamente na capacidade de persuadir e silenciar. É nesse sentido que sua atuação pode ser lida à luz do que James Scott denomina infrapolítica: formas discretas de ação que se desenvolvem sob a superfície da ordem pública, explorando suas brechas sem confrontá-la diretamente.⁵⁴ No universo dos serviços urbanos e dos espaços de distinção, figuras como o contínuo ou o homem de recados eram esperadas e, justamente por isso, pouco interrogadas.

A racialização de seu corpo, eventualmente, contribuía para esse efeito: presumia-se que estivesse ali como auxiliar, parte da infraestrutura ordinária dos serviços. Essa expectativa, em vez de restringir sua mobilidade, podia atenuar o escrutínio sobre seus movimentos. Em muitos casos transitava por repartições públicas, lojas e ambientes sofisticados sem que sua presença exigisse justificativa adicional. O golpe operava não como ruptura aberta da ordem, mas como apropriação estratégica de seus códigos, mobilizando simultaneamente os signos da distinção e as possibilidades inscritas na subalternidade. Isso torna-se mais visível quando se observa os homens que cercavam Ulysses. O cruzamento dos nomes que aparecem associados a ele – Júlio Capelli, Arnaldo Sabrosa e o Sargento Torres – com outras notícias da imprensa permite vislumbrar marcações raciais: Sabrosa e Torres eram ambos brancos.⁵⁵ Já Capelli, como *chauffeur* da Garage Baptista, inseria-se em um segmento de serviços urbanos que, nas primeiras décadas do século XX, foi amplamente associado a trabalhadores de origem europeia. Em um mercado de trabalho restrito e hierarquizado, tais perfis eram frequentemente tomados como portadores de qualificação técnica, boa apresentação e confiabilidade – atributos negados aos não brancos.⁵⁶

54 SCOTT, James C. **Dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013, p. 7-10.

55 A GUARDA sangrenta do governo passado. **A Rua**, Rio de Janeiro, p. 1, 14 nov. 1915. INCAUTOS, Alerta. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4, 25 jul. 1926.

56 RIBEIRO, Gladys Sabina. **O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas**: o antilusitanismo na Primeira República. Niterói: Eduff, 2017, p. 33-57.

Como as tramoias elaboradas por Ulysses e seus comparsas demonstram, a construção de sua identidade não dependia apenas de coragem ou sagacidade para se mover no mundo social da Primeira República, mas também do acesso a formas de prestígio, proteção e relações geralmente negadas a homens de sua cor. Nesse cenário, apadrinhamentos e articulações políticas eram fundamentais e, embora não seja possível identificar com precisão quem patrocinou seus primeiros passos, destaca-se aquele que foi um de seus trunfos mais decisivos: o letramento.

Dr. Ulysses, um cavador da vida

UMA NOTA no jornal *Diário de Notícias*, em 1895, menciona a aprovação do aluno Ulysses Fragoso na escola Barão do Rio Doce, mantida pela Associação Promotora da Instrução e dedicada à escolarização de crianças pobres no contexto do pós-abolição.⁵⁷ O acesso à instrução formal, ainda raro para crianças negras, pardas e pobres, pode ser melhor compreendido a partir de sua rede familiar.

Referências dispersas à família Fragoso permitem vislumbrar o espaço urbano carioca, na tênue linha que separava escravidão e liberdade ao longo do século XIX. O avô paterno de Ulysses, Benjamim Maria Fragoso, surge nos registros ora como “africano”, ora como “preto livre” ou “preto forro”, designações instáveis que sugerem trajetórias atravessadas pelas transformações jurídicas posteriores à proibição do tráfico atlântico. Seu filho, Francisco Maria Fragoso, também transitou entre portos e cidades antes de se estabelecer no Rio de Janeiro, onde, em 1880, casou-se com Elisa da Silva Miranda, mãe de Ulysses.⁵⁸ Pelo lado materno, seus avós Balbina da Conceição Miranda e Frederico Silva de Miranda também eram africanos.⁵⁹ Frederico mantinha, em 1890, um pequeno comércio de aves na Praça General Osório, em Ipanema, e era proprietário de alguns imóveis no Campinho – região então em expansão nos arredores da cidade, atraindo pequenos comerciantes em busca de moradia e oportunidades. Francisco e Elisa tiveram três filhos: Ulysses, Alcestes e América. Alcestes tornou-se operário da Estrada de Ferro Central e posteriormente militar; América integrou o Conservatório Nacional de Música, após formação em escola dirigida por sua prima, a professora Noêmia Miranda Martins.⁶⁰

57 Instituída por testamento do Dr. Antonio José Gonçalves Fontes (Barão do Rio Doce) e inaugurada em 30 de junho de 1890, a Escola Barão do Rio Doce funcionava na Rua do Lavradio nº 73, na Freguesia de Santo Antônio, oferecendo curso diurno para mulheres e noturno para homens. Ver: ESCOLA Barão do Rio Doce. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jun. 1890.

58 OBITUÁRIO. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 28 abril 1874. MOVIMENTO do Porto. *Revista Commercial*, São Paulo, p. 4, 26 jun. 1866. EXPEDIENTES do bispado. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 maio 1880.

59 FAMILYSEARCH. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. *Registro de Balbina da Conceição Miranda*, 6 out. 1923. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:79QZ-G6PZ>. Acesso em: 27 fev. 2026.

60 MANIFESTO do Núcleo Cívico-Político Arthur Bernardes dirigido ao eleitorado do Distrito Federal. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 4, 27 fev. 1922. CUMPRIMENTOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 25 mar. 1901. INTENDÊNCIA Municipal. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 3, 6 fev. 1890.

Tanto Elisa quanto Noêmia participavam, desde o Império, de organizações ligadas à classe trabalhadora, como a União Operária.⁶¹

Tais trajetórias revelam mobilidade e uma percepção de classe que permitiu aos Fragoso ocupar espaços de relativo prestígio cultural na cidade. Como demonstram alguns estudos sobre o período, indivíduos afastados da cidadania formal podiam atuar ativamente nas dinâmicas eleitorais e clientelares por meio de redes associativas.⁶² Nesse sentido, a posterior atuação de Ulysses como cabo eleitoral talvez não constitua uma ruptura em sua biografia, mas um desdobramento possível dessas teias de circulação social e política sedimentadas por sua família.

Ainda assim, o acesso ao reconhecimento pleno e a posições estáveis na hierarquia republicana permanecia particularmente difícil para homens negros. Diferentemente de colegas de sua turma da escola, como Lycurgo Cruz, que seguiu uma carreira pública admirável: formou-se em Direito e tornou-se chefe de polícia, delegado e promotor de justiça – Ulysses precisou se afirmar por outros meios.⁶³ Com a morte de sua prima Noêmia, compareceu ao cartório para registrar o óbito e, com a naturalidade de quem se adiantava às próprias ambições afirmou ser “advogado provisionado”.⁶⁴ O título era reivindicado por aqueles que, sem diploma acadêmico, aprendiam o ofício na prática e obtinham autorização judicial para advogar – mecanismo herdado do período colonial e ainda vigente na República.⁶⁵

A habilidade de manejar a linguagem do direito está inserida em uma tradição mais longa de uso estratégico da lei por sujeitos situados à margem da ordem social. A história do líder abolicionista Luiz Gama é um exemplo marcante. Em sua autobiografia, relata ter aprendido a ler com um jovem estudante de Direito que passou a residir no mesmo sobrado onde vivia, ainda escravizado. Fugiu do cativeiro, alistou-se no Exército e, apoiado por padrinhos, tornou-se escrivão de polícia e advogado. No caso de Gama, a alfabetização permitiu, para além de um projeto de liberdade, atuar em favor dos inúmeros escravizados que defendeu perante os tribunais.⁶⁶ O letramento, embora ampliasse horizontes, não anulava as hierarquias raciais inscritas no corpo. Décadas mais tarde, Lima Barreto lamenta o constrangimento vivenciado quando, trabalhando como amanuense na Secretaria de Guerra, um soldado o confundiu

61 FESTAS e saraos. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 2, 7 set. 1886.

62 SOUZA, Felipe Azevedo e CASTELLUCCI, Aldrin A. S. À margem dos grandes esquemas: o associativismo político-eleitoral dos trabalhadores de Pernambuco e da Bahia na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 6-25, jan./abr. 2022.

63 Alguns indícios permitem identificar trajetórias de ascensão social entre colegas formados no mesmo ano que Ulysses. Foi possível confirmar, por meio de fotografia, que Lycurgo Cruz era um homem branco, e que Jayme Pizarro Gabizo, outro integrante de sua turma escolar, concluiu o curso de Direito em 1907. Ver: “OS Bacharelados”. **O Século**, Rio de Janeiro, p. 2, 21 dez. 1907.

64 FAMILYSEARCH. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. **Registro de Noemia de Miranda Martins**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:79ZP-5R2M>. Acesso em: 15 abr. 2026.

65 MENDONÇA, Joseli Maria Nunes de. **Evaristo de Moraes**: tribuno da República. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 62-63.

66 Sobre Luiz Gama e sua atuação jurídica: AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Sobre racismo e prática jurídica no período republicano: PEREIRA, Leonardo A. de M. As desventuras do Doutor Jacarandá: prática jurídica, racismo e luta por direitos na Primeira República. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 64, p. 284-319, 2021.

com um contínuo. Com uma ironia amarga concluiu que, embora se diga que a educação “embeleza”, “o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo”.⁶⁷

Ulysses, a seu modo, vivenciou situações semelhantes. Em junho de 1911, aos 27, foi conduzido à delegacia sob suspeita de furto, sendo enquadrado pela contravenção de vadiagem prevista no Código Penal de 1890. Embora a norma, enquanto comando abstrato, se dirigisse a qualquer indivíduo considerado “vadio”, sua aplicação prática obedecia a distinções bastante nítidas. Multiplicam-se os registros de prisões “em flagrante” de homens negros, trabalhadores precários e moradores dos bairros mais pobres da cidade. Os depoimentos das testemunhas – os próprios agentes policiais, como era recorrente – deixam claro que não havia prova de subtração de qualquer bem. O que pesava contra ele era o fato de estar rondando estabelecimentos comerciais com comportamento considerado suspeito. Na ocasião, uma daquelas ironias do destino se impôs: o delegado que conduziu seu interrogatório era Lycurgo Cruz, antigo colega de escola, diante de quem declarou ser natural da “África Portuguesa”.⁶⁸ A afirmação acionava categorias em disputa num momento em que termos como “africano”, “crioulo” e “brasileiro” já não operavam apenas como marcas de origem, mas como classificações morais e políticas capazes de produzir distinções e hierarquias.⁶⁹

Em 1917, voltou à delegacia acusado de “se sustentar exclusivamente por meios ilícitos, como o conto do vigário”. Como tantos nacionais e imigrantes precarizados, buscava converter a experiência laboral em prova de decoro diante das instâncias judiciais. Ciente de seus direitos, escreveu, de próprio punho, petição requerendo o arrolamento de testemunhas capazes de confirmar seu extenso currículo laboral: policial em São Paulo, guarda municipal no Rio de Janeiro, chefe da seção de pecuária na Exposição Nacional de 1908, promotor público no Acre e, naquele momento, guarda-livros.⁷⁰ Nem todas as credenciais, contudo, resistiam à verificação. Assim como o posto de sargento, o cargo de promotor público no Acre foi contestado pela imprensa. Também se revelou falso o diploma de Direito que alegava possuir. Segundo o jornal *Diário Carioca*, Ulysses teria vivido por algum tempo na região, onde, valendo-se de sua astúcia, conseguiu ser nomeado juiz. Descoberta a impostura, acabou exonerado do cargo.⁷¹

Ainda que não se saiba ao certo quando teria passado pelo Acre, o fato é que, entre 1908 e 1909, já circulava pelos corredores do Conselho Municipal e da Exposição Nacional

67 BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário íntimo*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, 2006. p. 39. Sobre o episódio narrado, é importante distinguir as funções descritas: amanuense, escriturário encarregado da redação e cópia de documentos; contínuo, funcionário responsável por serviços internos e de apoio, geralmente sem exigência de instrução formal.

68 Arquivo Nacional (Brasil). **Auto de interrogatório de Ulysses Fragozo**. 15º Distrito Policial, Rio de Janeiro, 1911. BR RJANRIO T8 O.PCR.3911.

69 ALBERTO, Paulina. **Termos de inclusão**: intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2017. p. 168-181.

70 Arquivo Nacional (Brasil). **Processo n. 3535**, ano 1917. 3ª Pretoria Criminal. Rio de Janeiro.

71 O INVENTOR do conto do vigário pelo telefone preso por extorsão. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 2, 25 ago. 1928.

ostentando títulos ligados à região. A relação de Ulysses com o Acre, porém, parece remontar a anos anteriores. Um indício disso encontra-se em sua participação, em 1903, na chamada Legião Mallet, iniciativa idealizada pelo poeta Múcio Teixeira – conhecido pelo seu patriotismo inflamado – para organizar voluntários em defesa do Acre na disputa com a Bolívia.⁷² O projeto jamais saiu do papel e acabou amplamente satirizado pela imprensa da época. Em um contexto no qual o extremo Norte permanecia distante dos principais centros de poder e marcado por administrações instáveis, associar-se ao Acre constituía uma estratégia particularmente eficaz para projetar uma trajetória jurídica dificilmente verificável de imediato.

Contra o anonimato suspeito, investiu na aparência, nos vínculos institucionais e nos títulos imaginários – ou ao menos, inflacionados. Diante do analfabetismo que excluía a maioria dos homens negros do acesso à cidadania, Ulysses fez do letramento uma ferramenta central de sobrevivência. Na ausência de “pretos doutores”, inventou para si o título que lhe era negado. Não surpreende que diante de tantas qualificações apropriadas e mimetizadas, viesse a ser reconhecido sob outro signo institucional: o de jornalista. A partir de suas incursões pela Casa de Detenção, o repórter Ernesto Senna demonstrou como os presos confeccionavam seus próprios jornais – alguns ilustrados, outros compostos por crônicas humorísticas, sátiras e textos moralizantes ou indecorosos.⁷³ Na série *A Literatura das Prisões*, publicada por Elysio de Carvalho na *Ilustração Brasileira*, “Dr. Ulysses” apareceu mencionado, no artigo “O que leem os criminosos”, como “um dos jornalistas da Casa de Detenção”. Sua fotografia surge ao lado de “Dr. Anísio”; e tal aproximação não é fortuita. Anísio, homem negro e letrado, tinha passagem por instituições militares e mobilizava a escrita para construir sua própria defesa e tensionar os enquadramentos que o fixavam como gatuno. Como evidencia o trabalho de Israel Ozanam, trajetórias como a dele abrem caminhos para pensar o universo da gatunagem sob outra perspectiva, evidenciando a inserção desses sujeitos em práticas e posições que extrapolavam os limites estritos da criminalidade.⁷⁴

A comparação com os jornalistas negros analisados por Paulina Alberto impõe-se nesse momento. Afrodescendentes cultos em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, recorreram à imprensa e às associações para falar em nome da “classe de cor” e articular projetos coletivos de respeitabilidade. Embora não integrasse esse universo associativo, notícias publicadas na imprensa, na década de 1920, confirmam que Ulysses passou a viver em São Paulo. Percebeu que poderia sair-se melhor colaborando com a polícia do que desafiando-a. Trabalhou como informante e, posteriormente, foi elevado ao cargo de inspetor de polícia – posição que o inseria na pequena classe média afrodescendente então em consolidação na cidade. O exercício de um cargo público, a incorporação de códigos de distinção e a adesão a valores associados à ordem e à autoridade o aproximavam dos

72 LEGIÃO Mallet. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 31 jan. 1903. O ACRE. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 15 fev. 1903.

73 SENNA, Ernesto. **Através do cárcere (Casa de Detenção)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 20-24.

74 OZANAM, op. cit.

referenciais da burguesia urbana. Tornar-se funcionário do Estado representava uma conquista significativa para homens negros letrados que haviam acessado o sistema público de ensino republicano.⁷⁵

Mas as ambiguidades e fragilidades dessa posição aparecem em uma coluna do periódico satírico *O Parafuso*, que resgatou os antecedentes criminais de Ulysses no Rio de Janeiro para deslegitimar a delegacia paulista, definida como “reduto de larápios”.⁷⁶ No quadro das forças policiais, a presença de gatunos integrando-se à instituição era algo comum. Estudos sobre a composição das forças de segurança indicam que muitos policiais civis vinham dos mesmos estratos populares que policiavam. Não surpreende que inquéritos e queixas contra esses agentes fossem frequentes, revelando um cotidiano marcado por subornos, conluíes e negociações mútuas.⁷⁷

Em 1927, quando sua carreira parecia consolidada no posto de inspetor do Gabinete de Investigações de São Paulo, órgão vinculado à Delegacia de Ordem Política e Social, a estabilidade de sua posição mostrou-se novamente frágil. Ao interpelar um indivíduo acusado de furto em um entroncamento ferroviário, envolveu-se em um bate-boca, acabando suspenso. Inconformado, redigiu uma carta buscando reverter a medida. Com linguagem precisa e segura, descreveu que “na qualidade de agente de autoridade”, abordara o suspeito, que o teria atacado com “diversos palavrões e palavras obscenas”, ofendendo inclusive “a honra de sua mãe”, o que o levou a reagir e dar-lhe voz de prisão.⁷⁸ O episódio mostra o esforço de afirmar sua autoridade em um espaço público movimentado, onde o reconhecimento do cargo dependia também da reação dos que ali transitavam. O acesso a postos formais do Estado não eliminava a vulnerabilidade racial; exigia, ao contrário, vigilância e esforço permanente para sustentar sua autoridade.

No ano seguinte, o *Diário Carioca* noticiava sua prisão pelo crime de extorsão no Rio de Janeiro. Sua trajetória foi descrita em tom moralizante: oriundo de “família modesta, mas de hábitos severos”, Ulysses teria “falhado como estudante” e enveredado por uma vida de aventuras marcada por “sagacidade e espertezas”. O articulista afirmava que, em São Paulo, por conhecer os “malandros do Rio e dos estados vizinhos” alcançara o posto de inspetor – posição que, segundo a matéria, utilizava para retornar à capital federal portando falsas ordens de prisão aos gatunos conhecidos, oferecendo-se, mediante pagamento, para “esquecer” as acusações.⁷⁹ A vigarice se reinventava, agora investida de autoridade policial.

75 ALBERTO, op. cit., p. 168-181.

76 CARTA Aberta. *O Parafuso*, São Paulo, n. 199, p. 8, 9 jun. 1910.

77 BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas*: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 38-46.

78 FRAGOSO, Ulysses. *Carta ao Delegado de Ordem Política e Social Ibrahim Nobre*. São Paulo, 14 nov. 1927. Gabinete de Investigações, Delegacia de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp).

79 O INVENTOR do conto do vigário pelo telefone preso por extorsão. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 2, 25 ago. 1928.

Sua reputação foi atacada, mas isso fazia parte do jogo de incidências, denúncias e injúrias que marcavam a vida pública. Ulysses Fragoso conhecia bem o funcionamento das engrenagens do sistema de poder republicano e, no fim das contas, tinha astúcia o bastante para se fazer crer. De forma semelhante ao personagem Lucrécio Barba-de-Bode, de Lima Barreto⁸⁰ – mulato e pobre, vivendo no limiar da criminalidade –, viu nos serviços prestados a políticos uma via de acesso ao funcionalismo público.

Seus últimos registros documentais remontam à década de 1940 e apontam para uma presença institucional e familiar na capital paulista. Entre notas de agradecimento pelo falecimento de sua mãe, Elisa, referências à esposa, Guilhermina, e à filha – registrada com o mesmo nome da irmã, América –, Ulysses surge inserido em vínculos relativamente estáveis e reconhecidos, mantendo-se como funcionário do Gabinete de Investigações.⁸¹ Tais vestígios relativizam as narrativas de marginalidade contínua produzidas pela imprensa e pelos arquivos policiais, sugerindo antes a consolidação de uma posição social “cavada” ao longo de décadas, atravessada pela tensão permanente entre reconhecimento e suspeição.

Considerações finais

No RIO DE JANEIRO da Primeira República, poucos grupos carregavam de forma tão persistente as marcas da exclusão quanto à população afrodescendente. Mesmo quando incorporavam os códigos da “boa sociedade” – o vestuário elegante, a linguagem culta, os títulos ou os gestos associados ao mundo letrado –, seus corpos continuavam sendo lidos sob o signo da inferioridade.

“Doutor” foi a palavra que Ulysses Fragoso mobilizou para afirmar-se nesse universo. Desde cedo ligado ao militarismo e à instrução herdados da família, beneficiou-se de redes de proteção e apadrinhamento que ampliaram suas possibilidades de ascensão. Como tantos sujeitos em sua posição, necessitava de dinheiro. Era destemido e implacável com as palavras, mas só isso não garantiria seu destino. Ao longo de seu percurso, valeu-se de diferentes estratégias para negociar sua inserção profissional em uma sociedade que restringia de maneira crescente a presença negra nos espaços formais de trabalho e prestígio. Sua trajetória, contudo, não deve ser lida como exceção extravagante, mas como expressão das ambiguidades vividas por homens negros que buscavam contornar os limites impostos pelo racismo no pós-abolição.

A associação recorrente entre marginalidade e informalidade era parte de um repertório discursivo produzido por policiais, juristas e cronistas da época. “Cavar a vida”, nesse contexto, significava transitar entre formas precárias e instáveis de inserção laboral, buscando assegurar o mínimo necessário à subsistência. Mas, em uma cidade que aspirava ao afrancesamento

80 BARRETO, Lima. **Numa e a ninfa**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2017.

81 ANIVERSÁRIOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 13 fev. 1943. FRAGOSO, Elisa de Miranda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 22, 3 ago. 1941. ANIVERSÁRIOS. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 8, 8 abr. 1941.

como código de distinção, a questão racial impunha limites e mediações. “Dr.” Ulysses, poucos anos antes de surgir nas páginas da revista *Careta* de terno e gravata, foi descrito como “pernóstico”, “moleque”, “negro”, “preto”, “pardo” ou “crioulo”⁸² – classificações que revelam as ambiguidades das categorias raciais em um Brasil que ainda elaborava, no papel e na prática, os contornos da cidadania. Mesmo quando seus feitos foram celebrados e passou a integrar a “confraria dos moços bonitos”, a ressalva sobre sua cor de pele persistia.⁸³ A ascensão simbólica não o libertava da desqualificação e, até mesmo na articulação de seus golpes, percebe-se como as hierarquias raciais influenciavam o êxito de suas ações.

Enquanto a capital celebrava, na Exposição Nacional de 1908, promessas de desenvolvimento e civilização, Ulysses Fragoso, com seu fraque claro bem talhado, evidenciava as fissuras dessa narrativa. Sua presença nos círculos políticos e nas lojas elegantes da Rua do Ouvidor, assim como o acesso ao telefone, ao telégrafo, ao automóvel e ao título de “doutor”, situava-o no interior dos símbolos da modernidade. A documentação preservada – ou os “arquivos da repressão” – como os nomeou Carlo Ginzburg,⁸⁴ oferece a oportunidade de reconstruir sua trajetória individual articulando escalas distintas de análise: do gesto particular à estrutura social, da cena criminal às dinâmicas da racialização e dos mundos do trabalho no pós-abolição.

Nesse sentido, longe de reduzir um indivíduo à mera anedota, a micro-história revela-se uma ferramenta privilegiada para desvelar, no microcosmo de uma vida, as tensões constitutivas desse projeto republicano. Por fim, se Ulysses viveu de manipular os signos do progresso, foi porque a cidade que se pretendia moderna também produzia seus próprios jogos de simulação e exclusão – podendo, ela própria, assumir a forma de um conto do vigário.

Recebido em: 03/01/2026

Aprovado em: 13/04/2026

Publicado em: 17/08/2026

82 **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 29 maio 1912. NA VEREDA do crime: condenado e acusado de dois roubos. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 3, 2 nov. 1911.

83 **Careta**, Rio de Janeiro, n. 205, p. 34, 4 maio 1912.

84 GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.